

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: Apurina² 42

Data: 22/03/80

Pg.: _____

190 CONFRARIA PERNICIOSA

Fábio Luceno

O Governador José Lindoso pediu ao Comando Militar da Amazônia o envio de tropas do Exército para o município de Boca do Acre, a fim de conter os conflitos sociais que eclodiram no Alto Purus. Fontes do Comando da Amazônia, todavia, desmentiram que o Governo estadual tenha feito semelhante solicitação. "até porque o assunto foge à alçada do Exército, que não pode e nem deve tomar posição no problema". Segundo a mesma fonte militar, o Exército está acompanhando de perto a questão, "mas de forma alguma intervirá no assunto, que deve ser resolvido pelas autoridades estaduais". (Confira-se com o "O Estado de S. Paulo", edição de 20.03.80, pág. 19).

Se o Governador pediu ou não assistência federal militar para Boca do Acre, a questão só é relevante se a resposta for positiva, pois, se o fez, o Governador agiu em desacordo com a Constituição e com as leis, além de haver abdicado do exercício da própria autoridade. Partindo desse óbvio enunciado, que é premissa lógica para qualquer conclusão válida, está certa a fonte militar que assegurou estar o Exército acompanhando de perto o problema, mas que de forma alguma "intervirá no assunto, que deve ser resolvido pelas autoridades estaduais".

O Exército não existe para prender ladrões vulgares e criminosos comuns, pois destina-se "à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem". (Constituição Federal, Art. 91). E o que existe em Boca do Acre são precisamente ladrões comuns e criminosos vulgares. Para enfrentá-los, o Estado dispõe da polícia — civil e militar — e sobretudo da última. Em Boca do Acre não estão em jogo a defesa da Pátria, nem a segurança dos poderes constituídos e muito menos a fragilidade da lei e da ordem em âmbito federal para que o Governo estadual recorra a uma Arma da Nação. O problema, no Alto Purus, é outro.

Tudo começou quando, à margem direita do rio Acre, que desemboca no Purus, pousou um avião particular de cujo bojo desembarcou um empresário paulista chamado João Sorbille. Com o apoio do INCRA e do prefeito Manoel Valdír Ávila de Lima, o Invasor João Sorbille começou a comprar todas as terras do município, e justamente as terras em que centenas de colonos se haviam localizado, e terras

outras que também conflitavam com territórios indígenas. Expulsos de seus cabanos, os colonos não aceitaram o sol e a chuva como abrigos e procuraram o INCRA; procuraram ainda a Fundação Nacional do Índio — FUNAI —, mas esses dois órgãos federais estão mais dispostos (basta que o Governador mande apurar) a apoiar o invasor Sorbille e não os colonos e os índios; Sorbille, junto com o prefeito, o INCRA e a FUNAI, serviu-se então da singularidade da situação para lançar índios contra colonos, e colonos contra índios. E enquanto uma conflagração inútil se desenvolve, por falta exclusiva de energia do Governo, Sorbille e seus asseclas (à frente, o prefeito de Boca do Acre) vão abocanhando, dentro e fora da lei, milhares de hectares daquele município que, fora da lei, estão dominando!

A solução para o problema de Boca do Acre tem vários nomes, mas o principal é o da **Intervenção estadual**, desde que o Governador não nomeie interventor o candidato da extinta Arena que perdeu a eleição, como ocorreu em Humaitá. Sabe-se, no entanto, que forças poderosas, de apoio político ao Governador, se opõem à exceção constitucional da intervenção, por motivos eleitorais. E teria sido esta a razão de o Governador ter recorrido à súplica por assistência militar federal, que não virá, porque não deve vir, pois é proibida pela Constituição e as leis.

O prefeito de Boca do Acre está comprometido com o grileiro Sorbille; Sorbille conseguiu o apoio do INCRA; o INCRA obteve apoio da FUNAI em favor de Sorbille. Quem é afinal, que manda em Boca do Acre? João Sorbille, paulista endinheirado, que domina, a um só tempo, a Prefeitura, o INCRA e a FUNAI é quem manda em Boca do Acre.

Se o Governador, por conseguinte, não decreta a intervenção, fica com Sorbille e contra os colonos e contra os índios. Mas os índios não votam, e os colonos, em sua maioria, também não, pois, vindos de outros Estados, ainda não tiveram tempo de se inscreverem eleitores. Pergunta-se, todavia, o que deseja o Governador: se votos, ou ordem. Se votos impossíveis, mantenha a ordem, decretando a intervenção; se votos sujos, assegure a desordem, mantendo no cargo o prefeito e sua confraria perniciosa: os agentes do INCRA, da FUNAI e o grileiro João Sorbille!